



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13121 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NA ALEMANHA: CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

Cíntia Magno Brazorotto - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NA ALEMANHA: CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

Resumo: O texto apresenta caracterização socioeconômica de estudantes da educação profissional no Brasil e na Alemanha, a fim de verificar a hipótese de que a política se sustenta na oferta de educação de qualidade às camadas populares. Associa métodos quantitativo e qualitativo com aplicação de questionário eletrônico aos estudantes e realização de entrevistas semiestruturadas com professores e profissionais da educação. Tem-se como resultado que estudantes de baixa renda são minoritários, apontando para o distanciamento entre o delineamento das políticas e a população efetivamente atendida.

Palavras-chave: Educação Profissional, Ensino Médio Integrado, Sistema Dual Alemão, Política Educacional.

INTRODUÇÃO

O objetivo do resumo é apresentar resultados de pesquisa que analisa as características socioeconômicas de estudantes da educação profissional no Brasil e na Alemanha. Toma como objeto de estudo o ensino médio integrado ao técnico profissional (EMI) no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), no Brasil; e o sistema dual oferecido na instituição denominada *Berufskolleg des Kreises Olpe* (BKO), na Alemanha. A hipótese central pauta-se na premissa

de que a despeito de trajetórias históricas e socioeconômicas distintas e inserção diferenciada na economia global e na divisão internacional do trabalho, a política para educação profissional na Alemanha e no Brasil é destinada às camadas populares, mas não as atende efetivamente.

Compreende-se o termo “camadas populares” a partir de Siblot et al. (2015), em substituição à “classe operária”, a partir das transformações globais no mundo do trabalho nos anos 1970, caracterizando esse grupo por meio da cultura e modos de vida comuns. Tais camadas convivem em contextos precários de escolarização e inserção laboral, marcadas por falta de qualidade educacional, contratos de trabalhos precários, baixa remuneração e poucas oportunidades de ascensão social (SCHWARTZ, 2011).

O referencial teórico sustenta-se em estudiosos da área Trabalho e Educação a exemplo de Carmen Sylvia Moraes, Celso Ferretti, Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta, que vislumbram no EMI um caminho para a inserção e emancipação social dos jovens oriundos das classes trabalhadoras, posto que concilia a educação manual e a intelectual em currículo único.

Autores como Fritz Ringer e Kathleen Thelen contribuem para o entendimento do histórico e constituição da educação profissional na Alemanha e do sistema dual, modalidade na qual o estudante realiza a formação teórica na escola e a parte técnica profissional na empresa, mediante remuneração, como aprendiz.

O delineamento metodológico reúne as pesquisas quantitativa e qualitativa. Por meio da pesquisa documental foi possível observar as principais características das políticas para a educação profissional no Brasil e na Alemanha, bem como, identificar o seu público-alvo.

Como instrumento de coleta de dados quantitativos, utilizou-se o levantamento ou *survey* para reunir dados socioeconômicos dos estudantes, por meio de um questionário eletrônico com questões fechadas, sobre: faixa etária, sexo, cor, renda, nível de escolaridade dos pais e, no caso alemão, histórico de imigração.

A pesquisa qualitativa objetivou apreender a compreensão dos docentes e profissionais da educação sobre as políticas implementadas em ambos os países e os traços socioeconômicos dos estudantes. Assim, foram realizadas 40 entrevistas a partir de roteiro semiestruturado sendo 31 no Brasil e 9 na Alemanha. As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas a partir das categorias analíticas: compreensão da política; currículo; caracterização dos estudantes; processo seletivo; trabalho e educação; avaliação da política.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa empírica confirmou que os estudantes do EMI no IFSP e CEFET-MG são

prioritariamente jovens, na faixa etária entre 15 e 17 anos, provenientes de famílias com rendimentos entre 3 e 5 salários mínimos, cujo os pais possuem emprego formal, escolaridade de nível médio e residem em casa própria. Sobre o sexo da população pesquisada, observa-se uma distribuição próxima entre os respondentes, uma vez que no total 52% dos respondentes do CEFET-MG são do sexo masculino e 48% feminino e no IFSP 51,2% e 49,5%, respectivamente. Esses jovens estudam em tempo integral ou no turno vespertino, dificultando, assim, a conciliação com o trabalho.

Identificamos nas políticas afirmativas um ligeiro progresso no sentido de inclusão racial, já que há entre os respondentes uma parcela de estudantes que se declaram pretos e pardos (CEFET-MG: 54,7%; IFSP: 34,6%) próximos dos números apresentados nas populações estaduais (MG: 60,3%; SP: 31,6%), mas ainda com uma leve defasagem no caso do CEFET-MG.

No que se refere aos cotistas que ingressaram por cotas sociais (baixa renda) esse número é considerado por nós baixo (CEFET-MG: 8,7%; IFSP: 5,3%), já que o Brasil é um dos países com maior desigualdade mundial (79º, de acordo com a ONU). Mas, segundo os entrevistados houve uma mudança no perfil dos estudantes: “até um tempo atrás o CEFET era elitista, antes das políticas de cotas” (Docente CEFET-MG, 2019).

As políticas afirmativas são importante avanço na democratização do acesso aos cursos EMI ao reservar ao menos 50% das vagas aos estudantes oriundos da rede pública, com cotas sociais (baixa renda), raciais e para pessoas com deficiências. Em contrapartida, pesquisas sobre formas mais democráticas de ingresso na Rede Federal são necessárias, devido ao acirrado processo seletivo, que prioriza a seleção por mérito, com a realização do Vestibulinho no CEFET-MG e a análise curricular no IFSP desde 2018.

Estudantes de famílias de baixa renda necessitam, por vezes, conciliar estudo e trabalho. Assim, verificamos que a maior parte da oferta dos cursos EMI em período integral e matutino e vespertino não permitem essa combinação, contribuindo para afastar esse público das escolas federais e, portanto, a concessão de auxílio estudantil configura política fundamental para a democratização do acesso ao EMI às camadas populares.

Quanto à caracterização dos estudantes da BKO na Alemanha, identificamos que esses são jovens entre 16 e 18 anos, em sua maioria em busca de qualificação profissional para ingresso imediato no mercado, todos estudam durante o dia, e devido às características do sistema dual, que concilia formação na escola e no ambiente de trabalho, a maior parte combina estudos e trabalho, mesmo porque são remunerados.

Aqui apontamos divergência importante entre o sistema dual alemão e o EMI praticado no Brasil, já que o dual dedica-se majoritariamente ao aprendizado no local de trabalho e a formação focada para a atividade laboral imediata. Em consonância os participantes da pesquisa na Alemanha afirmam que pretendem ingressar no mercado de trabalho ao concluir o sistema dual (83,9%).

Já o EMI, busca conciliar a educação geral e técnica, mas com ênfase nas atividades acadêmicas, formando técnicos especializados, mas também confere uma formação propedêutica aprofundada, o que segundo os dados da pesquisa cria a expectativa dos estudantes em prosseguir no ensino superior (IFSP: 72%; CEFET-MG: 73,9%).

Pondera-se que as famílias procuram a mobilidade socioeconômica de seus filhos a partir de uma educação formal de qualidade que lhes garanta adquirir o capital cultural institucionalizado capaz de promover os filhos a patamares de escolarização mais elevada do que a alcançada pelos pais (BOURDIEU, 2015).

Com relação à distribuição dos sexos nos cursos, verificamos que as matrículas no sistema dual com relação a gênero dividem-se em 58,8% de meninas e 41,2% de meninos. Observamos que a maior parcela de estudantes do sexo feminino concentra-se na área de Economia e Gestão, com pouca incidência de mulheres nos cursos voltados para as profissões industriais na Alemanha. Assim como no Brasil a distribuição entre os sexos nos cursos oferecidos na BKO reproduz a divisão sexual do trabalho.

Camargo (2014) afirma que os estudantes em cursos técnicos nas áreas de exatas, como agrárias, construção civil e indústria, são majoritariamente do sexo masculino. A Plataforma Nilo Peçanha indica que em 2019 há proeminência de matrículas femininas em cursos ligados ao setor de serviços, o que dialoga diretamente com a oferta de postos de trabalho, pois as mulheres ocupam mais vagas neste setor (IBGE, 2010).

O regulamento de ética em pesquisa alemão não permite que perguntas referentes à renda e cor integrem o questionário. Assim, buscamos identificar a qual camada da população os estudantes da BKO pertencem pelo histórico de imigração e escolaridade dos pais.

Destaque-se que a Alemanha recebeu entre 2015 e 2018 um contingente importante de estrangeiros, entre refugiados e imigrantes, e a BKO, assim como outras instituições escolares desenvolveram programas e cursos para receber e qualificar os jovens. Dessa forma, observamos que cerca de um terço dos respondentes tinham histórico de imigração, dos quais 25% eram eles os próprios imigrantes.

Constatamos que embora haja índices de desigualdades sociais mais baixos na Alemanha do que no Brasil, a educação profissional visa atender aqueles jovens provenientes das trajetórias educacionais mais básicas, bem como, engloba o maior número de estudantes com histórico de imigração. Destaca-se, ainda, que a seleção para ingresso no sistema dual é feita pelo setor produtivo, como em uma entrevista de emprego, assim, essas empresas selecionam jovens com melhor desempenho acadêmico.

A educação obrigatória na Alemanha inicia aos 6 anos, no ensino primário, e vai até os 17 anos. São quatro anos de ensino primário com conteúdo curricular igual para todos. Ao término dessa etapa, por volta dos 10 anos de idade, as crianças são separadas em trajetórias educacionais distintas, com base em um relatório elaborado pelo professor do primário,

pautado no desempenho acadêmico, desenvolvimento da aprendizagem e capacidade do aluno. As trajetórias educacionais do ensino secundário são: a) *Gymnasium*: ensino propedêutico que prepara os estudantes para o ingresso na Universidade. Destino aos alunos melhor desempenho no primário; b) *Realschule*: formação propedêutica, mas sem o aprofundamento teórico do *Gymnasium*. Permite aos estudantes prosseguir nos cursos técnicos e/ou cursos superiores em Universidades de Ciências Aplicadas. Destinado àqueles que obtiveram uma avaliação mediana no primário; e, c) *Hauptschule*: educação geral básica e pragmática que encaminha para a formação profissional, no sistema dual ou outros cursos de qualificação profissional. Não há possibilidade de acesso à Universidade. Para aqueles com desempenho inferior no ensino primário.

A escolaridade dos pais é indicativa de reprodução social, pois, verificamos na pesquisa que a maior parte dos pais dos respondentes possui ensino médio completo e poucos têm um diploma universitário, confirmando o constatado por autores como Dumont et al. (2014) e apontado pela OCDE (2019).

Dessa forma, se, por um lado, o EMI acaba conduzindo os jovens para o ingresso no curso superior em detrimento da ênfase no trabalho técnico, ao menos lhes confere alguma liberdade de escolha e oportunidades de ascensão social. Já o sistema alemão reproduz a estratificação social, com ínfimas margens de alteração nas trajetórias individuais. Conclui-se que são dois extremos: o EMI que não atinge plenamente o objetivo de colocação de técnicos no mercado de trabalho, mas promove uma formação humana ampliada favorecedora da reflexão crítica; e o sistema dual que atende a sua finalidade de formação instrumental para o setor produtivo, restando a seus egressos se conformarem com seu destino que, na maioria das vezes, é determinado pela origem familiar e pela avaliação do professor primário, ainda na infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apontou que é preciso aprimorar as políticas de acesso e permanência às escolas da Rede Federal no Brasil, para permitir que mais jovens de famílias de baixa renda ingressem no EMI. A democratização do acesso ao EMI apresenta um avanço no referente à inserção de estudantes de escolas públicas e beneficiários da política de cotas raciais, mas ainda enfrenta o desafio de atingir as pessoas em vulnerabilidade social.

Destacamos a influência da formação dual alemã na criação do Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI) no Brasil em 1942, mas apontamos a recusa do empresariado brasileiro em compartilhar com o Estado os custos da formação, diferenciando-se do estabelecido na Alemanha.

Ademais, identificamos uma possível relação entre a organização educacional alemã e a Reforma do Ensino Médio brasileiro, promulgada em 2017, que estabelece cinco trajetórias

educacionais diversificadas, uma delas com foco na profissionalização, o que poderá contribuir para acentuar a divisão e reprodução de classes no Brasil.

No que se refere ao sistema educacional alemão como um todo, aponta-se o caráter pragmático da divisão em trajetórias educacionais distintas na transição entre o ensino primário e o secundário, a partir dos 10 anos de idade, o que determina o destino profissional e social dos jovens precocemente, colocando as camadas menos favorecidas em patamares mais baixos de qualificação e, conseqüentemente, de inserção social, reproduzindo a estrutura de classes com pouca margem de mobilidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**/Pierre Bourdieu; tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. – 2ª ed. Ver. 2. reimpr. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

CAMARGO, Edson Carpes. **Quem disse que não é coisa de menina: provocações acerca das relações de gênero no ensino técnico em agropecuária do IFRS – Câmpus Bento Gonçalves**. Tese (doutorado) Universidade Vale dos Sinos. Programa de Pós Graduação em Educação. São Leopoldo – RS, 2014, 149f.

DUMONT, Hanna; MAAZ, Kai; NEUMANN, Marko, BERCKER, Michael. **Soziale Ungleichheiten beim Übergang von der Grundschule in die Sekundarstufe I: Theorie, Forschungsstand, Interventions und Fördermöglichkeiten**. In: Z Erziehungswiss (2014) 17: 141-165. DOI: 10.107/s11618-013-0466-1.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em:< <https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 abr. 2023.

OCDE. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico**. Economic Surveys: Germany 2018, OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em:< <https://www.oecd.org/economy/surveys/Germany-2018-OECD-economic-survey-overview.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SIBLOT, Y. et al. **Sociologie des classes populaires contemporaines**. Paris: Armand Colin, 2015.

SCHWARTZ, O. **Peut-on parler des classes populaires?** La vie des idées, 2011. Disponível em < http://www.laviedesidees.fr/IMG/pdf/20110913_schwartz.pdf> Acesso em 10 abr.2023.